

LÉVI-STRAUSS (CLAUDE) — «L'HOMME NU — MYTHOLOGQUES IV» — LIBRAIRIE PLON — 1971 — 688 pag.

II — Resposta às críticas

Lévi-Strauss na «Finale» deste seu último volume de «Mythologiques» que temos vindo a analisar, responde às principais críticas e objecções que lhe têm sido feitas. Essas objecções vão desde o campo da Etnografia (que não tem sido, aliás, o mais escolhido... *et pour cause...*) até ao método, às contradições consigo próprio que lhe apontam, ao emprego de símbolos tirados do arsenal tipográfico da lógica e das matemáticas, etc., etc. Não é grande a importância que o autor de «Mythologiques» dá a estas críticas, pois algumas julga-as mesmo tão pobres que seria até desagradável indicar os nomes dos seus autores, mas entende dever referir-se-lhes, embora rapidamente, «pour débloyer le terrain et passer à des choses plus sérieuses»... Apesar desta desdenhosa afirmação, Lévi-Strauss responde, justificando-se, e essas respostas, mais detalhadas do que seria de esperar, parecem-nos contribuir para a dilucidação do seu pensamento e de alguns aspectos da sua obra e serem portanto, merecedoras do nosso interesse e referência.

Quanto às objecções de método, isto é, ao facto de fundar as suas análises sobre *resumos*¹ de mitos dos quais

¹ O sublinhado é nosso.

não teria feito uma crítica textual prévia, responde Lévi-Strauss: 1 — Apesar da imensidão de material utilizado ele não representa senão uma pequena parte dos mitos provenientes das duas Américas que poderia utilizar. Alguém acreditará, pergunta, que tenha escolhido a sua documentação ao acaso ou por mera conveniência pessoal? Detrás de alguns milhares de mitos, ou das suas variantes, submetidos à exegese, muitos mais se perfilam que foram sumariamente analisados e não foram retidos por razões muito diversas entre as quais tem o seu lugar a crítica dos textos mas posta à margem pela convicção de que, salvo provas gritantes em apoio, não existem «boas» ou «más» versões de um mito e de qualquer modo não é ao analista que pertence decidir em função de critérios estranhos à matéria do seu estudo. «São antes os mitos que se criticam a si próprios e se escolhem, abrindo, na massa confusa do corpus, certos itinerários que não teriam sido os mesmos se certo mito em lugar de um outro tivesse emergido antes. Além disso nem sempre lhe pareceu necessário informar o leitor das fases preliminares da sua investigação e que não lhe dizem respeito. 2 — quanto aos criticados *resumos* eles destinam-se ao leitor apenas como informação prática e servem só de ponto de partida para uma exposição sintética que irá sendo enriquecida de dados suplementares até que se consiga reconstituir e interpretar sólidamente o mito completo. Igualmente indigentes lhe parecem aqueles que pretendem pô-lo em contradição consigo mesmo pelo facto de ter simultaneamente afirmado, por um lado, que «a análise mítica não tem fim e que os próprios mitos são *intermináveis*», e por outro lado (*passim*) que o conjunto dos mitos que constituem o objecto do seu estudo, constituía um sistema fechado. Para raciocinar assim, responde Lévi-Strauss e com razão, é preciso desconhecer a diferença entre o *discurso mítico*³ de cada sociedade, que, como todo o discurso permanece atento a uma continuação, a novas variantes etc., e a *linguagem*⁴

² «Le Cru et le Cruit» — pág. 14.

³ O sublinhado é nosso.

⁴ O sublinhado continua a ser nosso.

que esse discurso usa e que em cada momento considerado, forma um sistema. «É em relação a si mesma e encarada segundo a ordem do seu discurso esplanado na diacronia, que uma mitologia nunca está fechada; mas, a abertura desta palavra no sentido saussureano do termo, não exclui que a linguagem seja fechada em relação a outros sistemas igualmente apercebidos na sincronia». Lévi-Strauss faz a comparação com um cilindro, superfície fechada e que assim permanecerá mesmo que se alongue indefinidamente no decurso do tempo por uma das suas bases; o «observador podia pretender ter-lhe dado a volta e determinar a fórmula permitindo a cada instante calcular o volume incluso mesmo que nunca conseguisse percorrê-lo no sentido do comprimento».

Outros porém pretenderam que o método que Lévi-Strauss utiliza não deixa de se retrair, de apresentar como que um aspecto de regressão no decurso das suas obras sucessivas o que provaria assim a sua impotência. Este argumento, aplicado de início aos três primeiros volumes de «Mythologiques» pela simples razão de que os quadros sinópticos de que o autor faz largo uso no primeiro, são cada vez mais raros no segundo e no terceiro até desaparecerem totalmente, não se pode aceitar agora. Esses quadros «são ilustrações, não meios de provar; a sua função é sobretudo didáctica», responde irritadamente Lévi-Strauss e afirma não ter deixado de os organizar para seu uso pessoal, simplesmente lhe parecendo não ser já necessário reproduzi-los pois todo o leitor atento poderá constatar que, cada comparação de mitos, apenas descreve e comenta «um quadro sinóptico implícito, sobrepondo termo a termo os membros homólogos de várias cadeias sintagmáticas». Quanto ao emprego de símbolos tirados do arsenal tipográfico das lógicas e das matemáticas para escrever, segundo as críticas, fórmulas sem validade nem alcance, Strauss reporta-se ao seu trabalho «Le Cru et le Cuit» em cuja «Ouverture» explica e precisa que essas fórmulas não são instrumentos de demonstração mas estenogramas ou desenhos pois certas análises de mitos são tão longas e minuciosas, que

seria difícil levá-las a cabo sem o recurso a uma forma de escrita breve permitindo definir sumariamente um itinerário. Nada pretendem provar mas apenas antecipar ou resumir uma exposição discursiva. Esta resposta é igualmente válida para os que lhe censuram uma pretensa demissão a partir de um artigo de 1955 saudando a entrada em força das Matemáticas nas Ciências Humanas, até à profissão de humildade relativa ao tratamento lógico-matemático dos mitos com que termina a citada «abertura» do 1.º volume de «Mythologiques⁵».

No artigo de 1955 referia-se ao tratamento dos problemas de parentesco pela teoria dos conjuntos inaugurada por André Veil e que fez escola. No entanto, o estudo dos mitos levanta problemas muito mais difíceis e que não se limitam ao facto de neste imenso domínio estarmos irremediavelmente votados a conhecer apenas aspectos fragmentários e parciais sujeitos a toda a espécie de perturbações e de fenómenos de erosão. Todo o domínio mítico particular só é apreensível em devir, mesmo que o suponhamos idealmente intuído. É um estado de coisas semelhantes, por exemplo, ao da cristalografia que nem por isso deixa de existir e «as possibilidades da análise estrutural dos mitos não ficam comprometidas».

O tratamento lógico-matemático é desejável e possível, mas esbarra com dificuldades de certa natureza como o definir as unidades constitutivas do mito quer como termos quer como relações, pois segundo as variantes consideradas e em diferentes fases da análise, cada termo pode surgir como uma relação e cada relação como um termo. «Em se-

⁵ «Melhor que ninguém, temos consciência das acepções muito especiais que damos a termos como simetria, inversão, equivalência, homologia, isomorfismo... Utilizamo-los para designar grandes volumes de relações de que nos apercebemos confusamente terem qualquer coisa em comum. Mas se a análise estrutural dos mitos tem um futuro diante de si, a maneira como nos seus inícios, escolheu e utilizou os seus conceitos virá a ser objecto duma severa crítica. Será necessário definir de novo cada termo e encerrá-lo num uso particular. — Le Cru et le Cruit-Ouverture», pág. 39 (o sublinhado é nosso).

gundo lugar, estas relações ilustram tipos de simetria diferentes uns dos outros, demasiado numerosos para serem descritos no vocabulário limitado da contradição, da contrariedade e de seus inversos», acrescida ainda do facto de que estes elementos são muitas vezes conjuntos já complexos para cuja resolução faltam processos apropriados. «A análise mítica maneja, assim, sem muitas vezes se aperceber, volumes de termos e relações que classifica e define de maneira inevitavelmente grosseira e desajeitada» e precisamente por estar consciente dessas dificuldades é que Lévi-Strauss, segundo afirma, entendeu não poder prometer para o estudo estrutural dos mitos, um progresso tão rápido, no sentido lógico-matemático, como o conseguido em vinte anos no estudo das regras de casamento e dos sistemas de parentesco. No entanto, o recente desenvolvimento da teoria das categorias poderá tornar os mitos passíveis dos mesmos métodos, pois que a definição das categorias como sistemas formados ao mesmo tempo por um conjunto de termos e pelo conjunto das relações entre eles, corresponde à que se pode dar de um mito.

«A prudência demonstrada no início de um novo empreendimento não tem portanto nada de um arrependimento» simplesmente mostra que no caminho que tentava abrir «tudo ou quase tudo estava por fazer antes de se poder falar de verdadeira ciência⁶». Mas a acusação de contradições que lhe era feita vai mais longe e recai sobre o emprego de instrumentos lógico-matemáticos pertencentes ao arsenal epistemológico da nossa civilização e sobre a pretensão de os aplicar a sociedades diferentes para melhorar o seu conhecimento, dando assim mostras de um etnocentrismo ingénuo transportando para o domínio do conhecimento aquilo de que, por outro lado, pretende libertar-se e encontrando na lógica subjacente aos mitos, as regras que engendram o discurso autêntico de cada uma dessas sociedades. Mas para o investigador de «*La pensée sauvage*», o relativismo cultural seria uma infantilidade se para admitir a riqueza das civi-

⁶ Conf — «*Le Cru et le Cuit*».

lizações diferentes da nossa e a impossibilidade de atingir um critério filosófico ou moral para decidir do valor respectivo das opções que levaram cada uma delas a reter certas formas de vida e de pensamento e a renunciar a outras, se julgasse obrigada a tratar com simples condescendência, senão mesmo com desdém, o saber científico. É certo que este nasceu e desenvolveu-se voltando as costas a outras formas de conhecimento devido à sua ineficácia prática relativamente aos novos objectivos que se propunha e que esse divórcio fez perder de vista durante muito tempo certos aspectos do real e sobretudo que as formas do conhecimento que lhe são melhor adaptadas, atingiam verdadeiros problemas que eram afastados como insignificantes. Mas de facto isso era assim porque «as primeiras vias trilhadas pelo saber científico não lhe permitiam compreender o seu interesse e resolvê-las». «Apenas há alguns anos a ciência tomou outro rumo aventurando-se por terrenos mais próximos da sensibilidade com um alargamento progressivo dos quadros do seu saber tradicional, integrando e legitimando formas de pensamento até aí tidas como irracionais. Ora adoptar as perspectivas do saber científico não conduz, conclui L. S., a reintegrar subrepticamente quadros epistemológicos duma sociedade para explicar outras, mas sim a constatar que as formas mais recentes do pensamento científico se podem sentir completamente à vontade com as operações intelectuais dos selvagens»⁷. Assim se concilia, pelo menos neste plano particular, «o facto incontestável do progresso do conhecimento com o recuperar de tantas riquezas que esse mesmo progresso tinha de início sacrificado» e é simultâneamente situar-se num terreno onde o pensamento abstracto e o saber teórico se apercebem de que encontram ao mesmo tempo, por um movimento retrógrado de nenhuma maneira incompatível com o outro, as lições inesgotáveis de um mundo sensível

⁷ Conf. «La pensée sauvage» — «La pensée sauvage» et non la pensée des sauvages... un attribut universel de l'esprit humain: la pensée à l'état sauvage, florissant dans tout esprit d'homme — contemporain ou ancien, proche ou lointain — tant qu' elle n'est pas cultivée et domestiquée pour accroître son rendement».

que de início supunham dever recusar. E conclui: «nada mais falso do que opor tipos de saber concebidos como irreduzíveis no decurso dos séculos e entre os quais a passagem se faria de maneira abrupta e inexplicável», pois «se é verdade que, por se tornar científico, o pensamento do séc. XVII se opôs ao da Idade Média e do Renascimento, começa-se a entrever que o pensamento do século presente e do próximo se poderá opor menos aos dos séculos imediatamente anteriores do que levar a efeito a síntese do seu pensamento e do dos séculos que o precederam, descobrindo que a sua problemática não era inteiramente desprovida de sentido.

Nenhuma destas objecções — que sumariamente expusemos e analisámos — parecem a Lévi-Strauss atingir o fundo dos problemas que os seus trabalhos tentam elucidar. Muito mais sérias e dignas de atenção lhe parecem as vindas do campo da Linguística, como por exemplo, a de só muito excepcionalmente ter em conta a diversidade das línguas nas quais todos estes mitos foram pensados e enunciados, senão sempre recolhidos. Não pretende L. S. ter uma competência linguística tal que lhe permita reportar-se sempre à versão original. De resto o recurso à filologia só lhe parece impôr-se tratando-se de línguas mortas em que o sentido de cada termo só pode ser estabelecido permutando-o em vários contextos. O mesmo não sucede, porém, quando se recolherem narrações da boca de informadores falando ainda a sua língua. Na maioria dos casos, de resto, não existe texto original e o mito é apenas conhecido através de uma ou várias traduções sucessivas. O estudo do mito na sua língua de origem seria um projecto irrealizável para quem quer que fosse, mas essa impossibilidade foi atenuada pelo uso de outros instrumentos cuja limitação parecia conduzir ao insucesso, mas que acabaram por se revelar muito fecundos. Como explicar esse mistério? A resposta encontra-se no processo de composição dos mitos. A análise comparativa das diferentes versões de um mesmo mito, mostra que *contar* é apenas *contodizer* ou *contradizer*⁸ o que leva a

⁸ No texto *conter* — *conte-redire* — *contredire* (pág. 576).

compreender que não seja absolutamente essencial que os mitos sejam abordados no texto inicial. Na realidade não existe um texto original, pois todo o mito é por natureza uma tradução que um auditor procura decifrar traduzindo-o à sua maneira na sua linguagem pessoal ou tribal quer para se apropriar dele quer para o desmentir, portanto sempre deformando-o. É a sua própria natureza diacrítica que faz com que o estudo filológico dos mitos não constitua uma necessidade prévia absoluta. Cada uma das suas transformações resulta duma oposição dialéctica a uma outra transformação e a sua essência reside no facto irredutível da tradução *por* e *para* a oposição. Encarado sob um ponto de vista empírico todo o mito é ao mesmo tempo primitivo em relação a si mesmo e derivado em relação a outros mitos; não se situa *numa* língua nem *numa* cultura ou sub-cultura, mas no ponto de articulação destas com outras línguas e outras culturas. Portanto o mito nunca é *da sua língua*, é uma perspectiva sobre uma «*langue autre*» e o mitólogo que o apreende através duma tradução, não se sente numa situação essencialmente diferente da do narrador ou do auditor do *cru*⁹. Claro que isto não significa que o conhecimento duma língua original, partindo do princípio que se possui o texto, seja supérfluo, mas L. S. deixa aos seus continuadores a tarefa de precisar e enriquecer o sentido, corrigir os erros, aprofundar e desenvolver a interpretação que o estudo filológico deve permitir, com a certeza prévia, porém, de que uma vez conseguidas todas essas rectificações, salvo casos particulares, o estudo filológico apenas acrescentará aos mitos dimensões suplementares, mais volume e relevo, sem contudo afectar, no essencial, o seu conteúdo semântico. Será uma achega mais, de carácter literário e poético, permitindo apreender as propriedades estéticas de um enunciado cuja mensagem não será de maneira nenhuma alterada.

⁹ «... La substance du mythe ne se trouve ni dans le style, ni dans le mode de narration, ni dans la syntaxe, mais dans *l'histoire* qui est racontée».

III — Lévi-Strauss e a Filosofia

«Quando me dou ao trabalho de indicar o que a minha obra significa para mim sob um ponto de vista filosófico não é porque ligue grande importância a esse aspecto» — assim inicia Lévi-Strauss nesta «Finale» a parte em que vai responder às críticas vindas do campo da Filosofia. «O que eu pretendo, continua, é recusar de antemão o que os filósofos poderiam pretender fazer-me dizer». Não opõe uma filosofia sua à deles, visto que entende não ter filosofia, pelo menos que mereça que sobre ela se debrucem como já vimos na primeira parte desta recensão. Lévi-Strauss mostra-se contrário a toda a especulação filosófica que se pretenda fazer dos seus trabalhos os quais, e na melhor das hipóteses, só podem, segundo sua opinião, constituir uma abjuração daquilo que se entende hoje por filosofia. Onde poderá encontrar-se a origem desta atitude negativa e amuada do autor de «Tristes Tropiques»? Nas próprias circunstâncias. As críticas que alguns filósofos fazem ao estruturalismo, acusando-o de abolir a pessoa humana e os seus valores consagrados, deixaram-no, segundo afirma, tão espantado como se «alguém se insurgisse contra a teoria cinética dos gases sob pretexto de que, explicando porque o ar quente se dilata e se eleva, ela poria em perigo a vida da família e a moral do lar cujo calor desmitificado perderia assim as suas ressonâncias simbólicas e afectivas¹⁰». As Ciências Humanas têm de se convencer de que a realidade do seu objecto de estudo não está limitado ao nível em que o sujeito a apercebe. Estas aparências encobrem outras e assim sucessivamente até uma natureza última que constantemente se furta e «que sem dúvida jamais atingimos». Mas estes níveis de aparência não se excluem nem se contradizem e a opção por um ou outro

¹⁰ «Cada progresso para um conhecimento científico da origem da nossa espécie é antes de mais, uma destruição do conceito de homem e um escândalo intelectual» — Pierre Daix in «Structuralisme et Révolution Culturelle», — Paris 1971.

ou vários corresponde aos problemas que se equacionam e às diversas propriedades que se pretende apreender e interpretar. Cada um, o político, o moralista, o filósofo, ocupará o nível que entenda ser o único merecedor do seu interesse e de nele se encerrar «mas que não pretendam encerrar nele toda a gente nem impedir aqueles que queiram alterar o movimento do microscópio ou mudar a lente de aumento, de o fazerem, permitindo aparecer outro objecto detrás daquele que contemplam em exclusivo nem de atacar problemas diferentes dos seus. Desprezando um dos primeiros deveres do estudioso que consiste em explicar o que pode ser explicado e reservar provisoriamente o resto, os filósofos preocupam-se sobretudo em preparar um refúgio onde a identidade pessoal seja protegida e como as duas coisas são impossíveis de realizar ao mesmo tempo, preferem um sujeito sem racionalidade a uma racionalidade sem sujeito. Trata-se duma verdadeira prevenção epistemológica. O estruturalismo propõe às Ciências Humanas um modelo epistemológico de um poder incomparável com aquele de que elas dispunham, pois descobre por detrás das coisas uma unidade e uma concisão que a simples descrição dos factos não podia revelar. Em segundo lugar o estruturalismo reintegra o homem na natureza».

Não há dúvida, prossegue Lévi-Strauss, que o seu objecto não é o dos filósofos pois vários o têm acusado de reduzir a substância viva dos mitos a uma forma morta e sem sentido e se ter loucamente desvirtuado ao elaborar a sintaxe de um «discurso que não diz nada». Nesta acusação vê «um misticismo larvado» raramente confessado e alimentado pela esperança vã de um sentido oculto que justifique e desculpe todas as espécies de aspirações confusas e nostálgicas que não ousam já exprimir-se. Também a ele a vida religiosa surge como um reservatório de representações longe de estar esgotado pela investigação objectiva — mas... Trata-se de representações como quaisquer outras e o estudo dos factos religiosos deve ser abordado numa perspectiva que lhe nega toda a especificidade. Os mitos nada dizem que nos elucidem sobre a ordem do mundo, a natureza do real, a origem do homem ou o seu destino. Nenhuma condescendência me-

tafísica se pode esperar deles. Em contrapartida ensinam-nos imenso sobre as sociedades donde provêm, ajudam-nos a explorar as molas profundas do seu funcionamento e esclarecem a razão de ser de crenças, costumes, instituições, etc., à primeira vista incompreensíveis. Finalmente e sobretudo, permitem apreciar certos modos de operar do espírito humano «tão constantes no decurso dos séculos e tão geralmente espalhados sobre imensos espaços que se podem considerar como fundamentais e procurar encontrá-los noutras sociedades e noutros domínios da vida mental nos quais não se supunha que pudessem intervir e dos quais, por seu turno, se encontra esclarecida a natureza. São problemas concretos, estes, mas não são aqueles que, segundo Lévi-Strauss, preocupam os filósofos há cerca de 2 500 anos com excepção de Plutarco. São incapazes de reconhecer esses problemas e de os apreciar e, sem terem plena consciência disso, afinal aquilo que lhe censuram é que o sentido que tira dos mitos não seja aquele que gostariam de lá encontrar e recusam-se a reconhecer e a admitir que «essa grande voz anónima que profere um discurso vindo do fundo das idades diga uma coisa diferente daquilo que tinham decidido que dissesse». «Ao lerem-me — continua — experimentam uma espécie de decepção, quase ódio, de figurar como terceiros num diálogo mais rico de sentido que qualquer outro até hoje entabulado com os mitos, mas que não necessita deles (filósofos) e para o qual nada têm com que contribuir».

Qual então a situação da Filosofia na presente circunstância? Lévi-Strauss só lhe admite duas saídas: uma, destinada aos filósofos da corrente existencialista — que classifica de auto-admirativa pois nela o homem contemporâneo se encerra em «tête — à — tête» consigo mesmo e em êxtase perante si próprio. Essa corrente isola-se de um saber científico que despreza e duma humanidade real de que desconhece a profundidade histórica e as dimensões etnográficas para construir um mundo fechado e reservado, «Café du Commerce» ideológico, onde encerrado entre as quatro paredes duma condição humana talhada à medida duma sociedade particular, os «habitués» dissecam ao longo do dia problemas de interesse local, para além dos quais, a atmos-

fera enfumarada do seu tabagismo dialéctico os impede de ver». Como alternativa deste reduto abafante, a Filosofia, ávida de ar fresco, evade-se para terrenos até agora interditos e então, na embriaguez da sua recente liberdade, perde o contacto com «essa busca intransigente de verdades» que mesmo o existencialismo, último «abencerrage» da fraude metafísica, ainda queria praticar e é presa fácil para todas as espécies de influências exteriores ao nível duma «philosof' art» numa prostituição estética dos problemas, dos métodos e do vocabulário que para atrair o leitor irá buscar, ao sabor da sua fantasia, fragmentos de ideias arrancadas a um património envelhecido mas respeitável, para deles tirar efeitos surpresa. Entre estes dois extremos coloca Lévi-Strauss os empreendimentos daqueles a quem apelida de pescadores-de-àguas-turvas, como o *estruturalismo-ficção*, filosófico-literário, alimentado de conhecimentos sumários e mal digeridos, prevertendo a intenção estruturalista.

Mas, um outro género de Filosofia é ainda de temer. Como as Ciências Humanas trouxeram à luz estruturas formais por detrás das obras de arte (pintura, música, etc.), apressam-se a fabricar obras de arte a partir dessas estruturas formais. Mas nada de menos certo do que considerar essas estruturas conscientes e construídas artificialmente como sendo da mesma ordem daquelas que se descobrem imediatamente após ter operado no espírito do criador, a maior parte das vezes sem seu conhecimento. «Mais do que compor, por exemplo, músicas novas com a ajuda de computadores importaria antes utilizar computadores para compreender melhor em que consiste a música já constituída» — Uma estrutura qualquer não se torna automaticamente significativa para a percepção estética pelo simples facto de todo o significativo estético ser a manifestação sensível duma estrutura.

As grandes correntes do pensamento contemporâneo, dando às Ciências Humanas um estatuto ambíguo, tanto conduzem os Filósofos a apoucá-las como a apoderarem-se delas à maneira dos escritores e dos artistas e a fazerem com os fragmentos que nelas cortam, composições arbitrarias ao sabor da sua fantasia, o que na sua própria opinião os dispensa de meditar e praticar essas ciências. Ora não deve

esquecer-se que as Ciências Humanas não existem sós nem por direito próprio; uma relação de reciprocidade as une e subordina às ciências exactas e naturais e neste diálogo elas tomam o lugar da Filosofia condenada a vegetar a não ser que aceite tornar-se reflexão sobre o saber científico, o que já é muito para o autor de «Mythologiques». As Ciências Humanas são comparáveis às ciências físicas e naturais no sentido de que nem umas nem outras atingem as coisas, mas sim os símbolos através dos quais o espírito as percebe em função dos limiares da organização sensorial. Há no entanto uma diferença fundamental; enquanto as segundas trabalham sobre os símbolos das coisas, as primeiras trabalham sobre símbolos de coisas que são já, elas mesmas, símbolos. Por outro lado a acção que o saber científico exerce sobre o mundo, revela a adequação aproximativa do símbolo ao referente enquanto que a ineficácia prática das Ciências Humanas não permite, pelo menos para já, prever qualquer adequação dos símbolos representantes aos símbolos representados. Vistas nesta perspectiva, as Ciências Humanas aparecem como um teatro de sombras de que as ciências físicas e naturais lhes deixam a direcção porque ainda não sabem onde se encontram nem de que são feitas as «marionettes» que se projectam sobre o écran. Enquanto perdurar esta incerteza, provisória ou definitiva, terão as Ciências Humanas uma dupla função: acalmar, por aproximação, as impaciências do saber e propôr às ciências Físicas e Naturais o simulacro antecipado, muitas vezes útil, dos conhecimentos mais verídicos que chegarão um dia a formular. As Ciências Humanas, no entanto, terão com o estudo do mundo físico apenas uma homologia formal e não substancial. Elas prefiguram apenas operações que caberá a outras ciências revalidar mais tarde. Nem a Filosofia nem a Arte podem manter a ilusão de que lhes basta aceitar o diálogo com as Ciências Humanas para conseguirem renovar-se. «Tanto uma como outra, diz L. S., desdenhosas tantas vezes do saber científico, devem compreender que interpelando as Ciências Humanas, trava-se o diálogo com as Ciências Físicas e Naturais e presta-se-lhes homenagem, mesmo que seja provisoriamente por interposta pessoa».

IV — Algumas considerações como conclusão

«L'Homme Nu» completa a série de «Mythologiques» na busca dos esquemas subjacentes dos diversos mitos, esquemas de que só a análise estrutural pode aperceber-se. Na busca duma via média entre o exercício do pensamento lógico e a percepção estática e constatando que a música sempre a praticou, L. S. inspira-se naturalmente nesta. Este paralelo não se limita apenas ao plano geral de «Mythologiques» mas encontra-se igualmente na análise das causas profundas da afinidade entre a música e os mitos que o leva a considerar Wagner como «o pai da análise estrutural dos mitos», a considerar como altamente revelador que esta análise tenha de início sido feita em música¹¹ e a confessar ter empreendido esta obra, plenamente consciente de que procurava compensar a sua «incapacidade congénita» para compor uma obra musical.

Nenhuma das objecções que se passaram rapidamente em revista atinge realmente o fundo dos problemas que a obra pretende elucidar. Vimos como Lévi-Strauss refuta as mais importantes e que lhe parecem mais pertinentes opondo à maior parte das críticas que lhe são feitas, o desdém de quem se sente atingido, num campo em que está perfeitamente seguro, por atacantes que o desconhecem. É, porém, contra a apelação de *filósofo* que Lévi-Strauss reage mais violentamente, bem como contra que se considerem as suas reflexões como um esboço de filosofia.

Como classificar então todo este trabalho de reflexão que conduz naturalmente a uma teoria ética e política, a uma concepção do homem, e da história, a uma cosmovisão etc., que o pensador classifica de «rústicas convicções»? Parece-nos ter razão C. Backès-Clément¹² quando afirma

¹¹ A comparação entre a mitologia e a música, tema condutor da «Abertura» fundava-se essencialmente sobre este conceito comum.

¹² Catherine Backès-Clément — «Claude Lévi-Strauss» — Col. «Phil. de tous les temps» — Seghers — Paris 1970.

que «se a Filosofia implica um privilégio explicativo, se a colocarmos no cimo da hierarquia dos saberes» então L.S. conserva-se fiel à sua vocação de não filósofo, mas se a tomarmos como uma concepção do mundo, visão geral sobre a heterogeneidade dos fenómenos, L. S. dá aos seus contemporâneos «um exemplo perfeito do filósofo», uma renovação da Filosofia com uma estruturação acentuadamente científica correspondendo melhor às necessidades das ciências sociais. Há nele uma cientificação da Filosofia que nos lembra o Positivismo e que conduz à sua tecnização¹³.

Lévi-Strauss faz o balanço do seu trabalho e considera-se chegado ao crepúsculo da sua carreira, sendo a última imagem que lhe deixam os mitos e, através deles «esse mito supremo que conta a história da humanidade e do universo no seio do qual a outra decorre» a de ligar-se à intuição que nos seus inícios o fazia procurar nas fases de um pôr do sol, o modelo dos factos que ia estudar mais tarde e os problemas que necessitava resolver sobre a mitologia; «vasto e complexo edifício... que se ergue sob o olhar do analista, desenvolve-se lentamente e se encerra para se perder ao longe como se nunca tivesse existido». Esta imagem é para ele a da própria humanidade e para além dela a de todas as manifestações da vida.

Demonstrando a organização rigorosa dos mitos e conferindo-lhe assim a existência de objectos, entende que a sua análise faz portanto realçar o carácter mítico dos objectos; o universo, a natureza, o homem que ao longo de milhares, de milhões de anos não terá, ao fim e ao cabo, nada mais feito do que, à maneira de um vasto sistema mitológico, desenvolver os recursos da sua combinatória antes de se aniquilar na evidência da sua caducidade». A oposição fundamental geradora de todas as outras que pululam nos mitos é aquela mesmo que Hamlet enuncia «sob a forma duma alternativa ainda demasiado crédula», pois entre o ser e o não ser, não pertence ao homem escolher. Um esforço

¹³ Conf. — François Walh in *Qu'est-ce que le structuralisme?* — Paris 1968.

mental consubstancial à sua história e que só cessará com o seu desaparecimento da cena do universo, impõe-lhe assumir as duas evidências contraditórias cujo choque perturba o seu pensamento e para neutralizar essa oposição «engendra uma série ilimitada doutras distinções binárias» que sem nunca resolver a primeira antinomia apenas a reproduzem e perpetuam; realidade do ser que o homem experimenta no mais profundo de si mesmo, sem a qual não terão sentido nem razão os seus gestos quotidianos, a sua vida usual e sentimental, as suas opções políticas, o seu compromisso no mundo social e natural, as suas conquistas científicas e os seus empreendimentos práticos; mas ao mesmo tempo realidade do não-ser cuja intuição acompanhada indissolúvelmente a outra pois incumbe ao homem viver, lutar, pensar e crer, ter sobretudo coragem, sem que nunca o abandone a certeza de que houve tempos em que não estava presente na terra e que não o estará sempre e que com a sua desapareção da superfície dum planeta ele próprio votado à morte, «os seus labores, os seus desgostos, os seus defeitos, as suas esperanças e as suas obras, serão como se nunca tivessem existido, pois nenhuma consciência estará aí para preservar nem que seja sequer a sua recordação, salvo, «através de alguns traços depressa apagados de um mundo de face impassível» — «le constat abrogé qu'ils eurent lieu, c'est-à dire rien».

Estas são as suas «rústicas convicções», a sua Filosofia no sentido mais amplo e profundo do termo e cuja discussão está fora do âmbito destas notas.

Maria Laura de Araújo

Bolsista do Instituto de Alta Cultura (*Projecto de Investigação PL/1*)